

Governo vai passar terrenos florestais e agrícolas sem dono para banco público

O Conselho de Ministros vai aprovar hoje a criação de um banco de terras público onde serão integrados os terrenos agrícolas e florestais do Estado e aqueles que não têm dono reconhecido, disse o ministro da Agricultura

Os proprietários de terrenos rústicos terão até final de 2018 para os registar, sem custos, e as terras sem dono reconhecido até então poderão ainda se reclamadas depois, durante 15 anos. No entanto, essas propriedades sem dono reconhecido integrarão o novo banco de terras, que será gerido pela Direção-geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, segundo explicou o ministro Capoulas Santos a diversos meios de comunicação social, como a TSF, Jornal de Notícias e Público.

A legislação que sairá hoje do Conselho de Ministros, que será enviada à Assembleia da República, prevê que tenham acesso ao banco de terras, no caso de terrenos agrícolas, novos agricultores, "preferentemente jovens agricultores", disse Capoulas Santos à TSF.

"No caso dos prédios com vocação florestal", o objetivo do Governo é "atribuir a sua gestão a sociedades de gestão florestal", constituídas "nos termos do código comercial", afirmou.

Essas sociedades podem ser constituídas por entidades públicas ou privadas, disse o ministro, que deu o exemplo das câmaras municipais "que quiserem fazer a gestão deste património localizado nos seus municípios".

Haverá benefícios fiscais para estas sociedades, mas também obrigações, como "dispor de planos de gestão florestal" ou de "um sistema de prevenção de incêndios considerado adequado", acrescentou.

Segundo o Público, os terrenos agrícolas serão concedidos por períodos mínimos de sete aos agricultores, que os poderão comprar no final desse tempo. Já os terrenos florestais serão arrendados por 25 anos.

O Conselho de Ministros de hoje vai ser dedicado à Reforma da Floresta, com a reunião agendada para o Centro de Operações e Técnicos Florestais, na Lousã, no distrito de Coimbra

O primeiro-ministro, António Costa, anunciou em setembro um conselho de ministros exclusivamente dedicado à política florestal.

Costa frisou, na ocasião, que o país não pode conformar-se em ver, todos os anos, a floresta a arder.

"Temos de fazer agora da floresta uma reforma com a dimensão da de há 10 anos. [...] Mais do que combater incêndios é necessário preveni-los e para os prevenir é preciso uma gestão ativa de uma floresta sustentável, de uma floresta sofisticada, de uma floresta que seja fonte de riqueza e não uma ameaça à segurança das populações e dos seus bens", salientou então o primeiro-ministro.

Diário Digital com Lusa

Comentários

Todos os comentários estão sujeitos a moderação. O DD reserva-se o direito de apagar os comentários que não cumpram as regras de utilização. Os comentários publicados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

0 COMENTÁRIOS [Diário Digital](#)

 [Iniciar sessão](#)

 [Recomendar](#)  [Partilhar](#)

[Mostrar primeiro os mais votados](#)



Escreva o seu comentário...

Seja o primeiro a comentar!

 [Subscrever](#)  [Acerca do Disqus](#)  [Adicionar o Disqus](#)  [Privacidade](#)

DISQUS